

PROVA AZUL

**MARINHA DO BRASIL**

**SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA**

*Concurso Público para Professor do Magistério Superior  
e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico  
CP-PMS-PEBTT/2026*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE  
MATERIAL EXTRA**

**DIREITO**

PROVA AZUL

### QUESTÃO 1

Um órgão da administração pública recebeu pedido de acesso a documentos administrativos que contêm informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem de determinado indivíduo. Com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a opção correta.

- (A) O acesso às informações pessoais é restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos, contado da data de produção, podendo ser franqueado a agentes públicos legalmente autorizados e à própria pessoa a que se referirem.
- (B) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão acesso restrito apenas se formalmente classificadas como sigilosas, pelo prazo máximo de 50 (cinquenta) anos, contado da data de sua produção.
- (C) A divulgação ou o acesso de informações pessoais por terceiros depende exclusivamente de consentimento expresso do titular, não sendo admitidas exceções legais.
- (D) O consentimento do titular é sempre exigido, inclusive quando as informações forem necessárias ao cumprimento de ordem judicial ou à defesa de direitos humanos.
- (E) A realização de estatísticas e pesquisas científicas promovidas por entidades públicas ou privadas dispensa o consentimento do titular.

### QUESTÃO 2

Sobre militar estrangeiro em comissão ou estágio em instituições militares, o Código Penal Militar (CPM) estabelece que:

- (A) ele não está sujeito ao CPM.
- (B) ele está sujeito ao CPM, salvo disposição contrária em tratado.
- (C) só estará sujeito se for naturalizado.
- (D) será julgado pela justiça comum.
- (E) será automaticamente expulso após condenação.

### QUESTÃO 3

Durante levantamento hidrográfico, a Marinha do Brasil identificou expressivos potenciais de energia hidráulica em um rio que atravessa diversos estados brasileiros antes de desaguar no mar. Considerando a organização político-administrativa estabelecida pela Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) Embora o rio não seja bem da União, cabe a esta regular o aproveitamento econômico dos potenciais hidráulicos para fins de interesse nacional.
- (B) A gestão do referido rio é compartilhada entre União, estados e municípios afetados, que devem deliberar conjuntamente sobre o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, em regime de cooperação federativa.
- (C) Os potenciais de energia hidráulica localizados no curso do referido rio pertencem ao estado atravessado, pois não integram as hipóteses de bens de domínio da União previstas na Constituição.
- (D) Os potenciais de energia hidráulica existentes no referido rio integram o patrimônio da União.
- (E) A exploração do potencial hidráulico só poderá ocorrer por meio de autorização concedida pelos Estados envolvidos, uma vez que a organização federativa brasileira garante aos estados autonomia plena para dispor sobre os recursos naturais existentes em seu território.

### QUESTÃO 4

Assinale a opção INCORRETA sobre as atribuições subsidiárias particulares da Marinha do Brasil, previstas na Lei Complementar nº 97/1999.

- (A) Orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que for pertinente à defesa nacional.
- (B) Prover a segurança da navegação aquaviária.
- (C) Contribuir para a formulação e a condução de políticas nacionais relacionadas ao mar.
- (D) Implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, de forma independente.
- (E) Cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

### QUESTÃO 5

Segundo o Código Penal Militar (CPM), se os instrumentos ou produtos utilizados para a prática de crime militar constituírem objeto cujo porte constitui fato ilícito, a ordem judicial deve determinar:

- (A) sua devolução à vítima.
- (B) seu confisco, ainda que a autoria não esteja apurada.
- (C) sua destruição imediata.
- (D) guarda provisória até a decisão judicial.
- (E) arquivamento do processo.

### QUESTÃO 6

Em razão de risco à segurança de instalação marítima sob responsabilidade da União, o Presidente da República autorizou o emprego da Marinha do Brasil em operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). No curso da operação, um oficial da ativa da Marinha do Brasil foi punido com prisão disciplinar, nos termos do regulamento próprio, e impetrou *habeas corpus*, alegando violação à liberdade de locomoção. Paralelamente, o militar passou a articular a criação de entidade sindical e a convocação de movimento grevista, permanecendo em serviço ativo. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) A Marinha do Brasil pode ser empregada em operações de garantia da lei e da ordem apenas em situações de guerra ou de estado de sítio, pois é inconstitucional seu emprego em tempo de paz.
- (B) É cabível *habeas corpus* contra punições disciplinares militares sempre que a sanção resultar em restrição à liberdade de locomoção, ainda que aplicada nos termos do regulamento disciplinar.
- (C) Não cabe *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- (D) O militar da ativa pode organizar entidade sindical e participar de movimento grevista, desde que a paralisação não comprometa diretamente a operação de garantia da lei e da ordem.
- (E) A vedação constitucional à greve aplica-se apenas às polícias militares, não alcançando os militares integrantes das Forças Armadas.

### QUESTÃO 7

O Código Penal Militar (CPM) disciplina que, mesmo se o ato de incorporação ou matrícula for defeituoso, a lei penal militar:

- (A) não se aplica de jeito nenhum.
- (B) só se aplica se o defeito não for grave.
- (C) continua a se aplicar, salvo se o defeito for alegado ou conhecido antes da prática do crime.
- (D) exige nova incorporação.
- (E) será julgada na justiça comum.

### QUESTÃO 8

Conforme os estudos do Direito Internacional, a atuação do Tribunal Penal Internacional é baseada no princípio da:

- (A) jurisdição automática e devidamente preferencial.
- (B) complementaridade diante das jurisdições nacionais.
- (C) obrigatoriedade de investigação prévia do Conselho.
- (D) exclusividade perante conflitos armados internos.
- (E) hierarquia superior às Constituições dos Estados.

### QUESTÃO 9

O órgão federal Cisne Branco publicou edital de licitação para a contratação de uma empresa para prestação contínua de serviços em suas unidades administrativas, com vigência de 5 (cinco) anos. O edital foi publicado em 18 de abril de 2025. Durante o curso do processo licitatório, as empresas apresentaram seus orçamentos estimados em 15 de julho de 2025, e a vencedora da licitação assinou o contrato em 25 de setembro de 2025. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que apresenta a data-base para a aplicação do reajuste do contrato.

- (A) 25 de setembro de 2025.
- (B) 15 de julho de 2025.
- (C) 18 de abril de 2025.
- (D) 25 de setembro de 2026.
- (E) 15 de julho de 2026.

## QUESTÃO 10

A União, no exercício de sua competência administrativa, instituiu programa federal de fiscalização ambiental em áreas sob sua dominialidade e, com fundamento exclusivamente em contrato administrativo, celebrou ajuste com sociedade de economia mista, integrante da Administração Pública indireta, prestadora exclusiva de serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, para apoio operacional às atividades de controle. O instrumento contratual atribuiu à entidade privada competências para realizar vistorias, expedir autorizações administrativas, lavar autos de infração e aplicar penalidades aos particulares que descumprissem normas federais. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o poder de polícia, assinale a opção correta.

- (A) O ciclo do poder de polícia é composto pelas fases de ordem de polícia, consentimento, fiscalização e sanção, sendo todas elas indelegáveis a pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) Apenas a fase de sanção é insuscetível de delegação a pessoas jurídicas de direito privado, ainda que integrantes da Administração Pública indireta.
- (C) A sociedade de economia mista poderá exercer integralmente o poder de polícia, inclusive mediante edição de atos normativos, fiscalização e aplicação de sanções, desde que previsto em contrato administrativo.
- (D) É constitucional, por meio de lei, a delegação do exercício do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- (E) A União poderá delegar o poder de polícia à sociedade de economia mista, independentemente de previsão legal específica, desde que a entidade atue em regime não concorrencial.

## QUESTÃO 11

Assinale a opção correta a respeito do Conselho de Disciplina (Decreto nº 71.500/1972) e do Conselho de Justificação (Lei nº 5.836/1972) no âmbito das Forças Armadas.

- (A) O Conselho de Disciplina aplica-se exclusivamente aos oficiais, podendo ser instaurado apenas a pedido do interessado, enquanto o Conselho de Justificação destina-se às praças, sempre instaurado de ofício.
- (B) A condenação por crime doloso com pena restritiva de liberdade superior a 2 (dois) anos constitui hipótese de submissão tanto ao Conselho de Disciplina quanto ao Conselho de Justificação.
- (C) A submissão ao Conselho de Disciplina ocorre apenas quando houver condenação criminal transitada em julgado, não sendo admitida acusação por meio lícito de comunicação social.
- (D) O oficial e a praça que pertençam a partido político ou associação, suspensos ou dissolvidos por força de lei ou decisão judicial, pode ser submetido, respectivamente, a Conselho de Justificação e a Conselho de Disciplina.
- (E) Os fatos que ensejam a instauração de Conselho de Justificação ou de Conselho de Disciplina prescrevem em 6 (seis) anos, contados da data do conhecimento do fato pela Administração Militar, admitida a interrupção do prazo pela abertura de sindicância ou processo administrativo.

## QUESTÃO 12

É correto afirmar que a lei penal militar aplica-se, conforme o Código Penal Militar (CPM), a crime cometido fora do território nacional:

- (A) ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado pela justiça estrangeira.
- (B) desde que o crime cometido seja contra civil no exterior.
- (C) apenas se o fato a ser apurado for punível na lei penal comum.
- (D) sempre que o agente tiver dupla nacionalidade.
- (E) somente quando o agente estiver em dispensa pela lei estrangeira.

## QUESTÃO 13

Conforme determinação do Código de Processo Penal Militar (CPPM), o juiz no exercício da sua função, para manter a ordem no curso dos atos processuais, poderá:

- (A) absolver sumariamente o réu.
- (B) nomear novo auditor.
- (C) devidamente delegar a citação.
- (D) designar defensor de ofício.
- (E) requisitar a força militar.

#### QUESTÃO 14

Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a "passagem inocente" deve ser:

- (A) contínua e rápida, mas, em alguns casos, compreende o parar e o fundear.
- (B) condicionada a autorização expressa sempre.
- (C) limitada expressamente a navios mercantes.
- (D) restrita às águas interiores de todos os Estados.
- (E) sempre acompanhada por escolta militar.

#### QUESTÃO 15

O Código Penal Militar (CPM) afasta a aplicação de crime da mesma natureza definido em outras leis, quando:

- (A) o agente que cometeu a conduta criminosa for civil.
- (B) houver tratado internacional vigente.
- (C) o crime for contra segurança externa do país ou instituições militares.
- (D) o crime for cometido por reservista convocado.
- (E) o crime for de natureza culposa.

#### QUESTÃO 16

O Código de Processo Penal Militar (CPPM) admite interpretação extensiva ou restritiva, desde que não se esteja diante de hipótese de:

- (A) cerceamento da defesa pessoal do acusado.
- (B) nulidade absoluta do feito.
- (C) recurso voluntário devidamente apresentado.
- (D) inquérito policial instaurado.
- (E) trâmite em instância recursal.

#### QUESTÃO 17

Conforme estudo da lei penal militar, a contagem de prazos prevista no Código Penal Militar (CPM):

- (A) exclui o dia do começo.
- (B) inclui o dia do começo.
- (C) considera apenas meses.
- (D) considera apenas anos.
- (E) depende de interpretação judicial.

#### QUESTÃO 18

Consoante a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do assunto controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- (A) O *amicus curiae*, uma vez admitido em recurso extraordinário com repercussão geral, tem legitimidade para opor embargos de declaração, desde que demonstre interesse jurídico direto no desfecho da controvérsia constitucional.
- (B) O *amicus curiae* não tem legitimidade para interpor recursos, inclusive embargos de declaração, em sede de controle abstrato de constitucionalidade e nas causas com repercussão geral que tramitam no STF.
- (C) É admissível o aditamento da petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade para inclusão de novos dispositivos legais após as manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, desde que antes do julgamento definitivo.
- (D) A entidade de classe de âmbito nacional que represente parcela de determinada categoria profissional tem legitimidade ativa para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, desde que demonstre pertinência temática com a norma impugnada.
- (E) Nos julgamentos de ações de controle concentrado de constitucionalidade, aplicam-se integralmente as regras de impedimento e suspeição dos ministros do STF, sendo vedada apenas a declaração de impedimento por motivo de foro íntimo.

#### QUESTÃO 19

De acordo com a Carta das Nações Unidas (Decreto 19.841/1945), acerca do direito de legítima defesa por parte de um Estado, segundo o art. 51, este pode ser exercido:

- (A) até que o Conselho de Segurança tome as medidas necessárias.
- (B) somente com autorização prévia da Assembleia Geral.
- (C) exclusivamente por coalizões regionais.
- (D) apenas após esgotar negociações diplomáticas prévias.
- (E) apenas por Estados que não integrem a Organização das Nações Unidas.

## QUESTÃO 20

De acordo com o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do (STJ), assinale a opção correta.

- (A) A estabilidade é assegurada a toda praça, independentemente de ser de carreira, desde que conte com 10 anos de tempo de efetivo serviço.
- (B) O direito ao provento calculado com base no soldo integral do posto ou da graduação é assegurado exclusivamente ao militar que conte mais de 35 anos de serviço e ao militar que atinja a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação.
- (C) A assistência médico-hospitalar constitui direito do militar e de seus dependentes, compreendendo ações de prevenção, conservação e recuperação da saúde, serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários.
- (D) É vedado o ingresso em curso de formação ou graduação de oficiais e praças em regime de internato a candidatos casados, com filhos ou em união estável.
- (E) São considerados dependentes do militar o cônjuge ou companheiro em união estável, bem como o filho ou enteado menor de 21 (vinte e um) anos de idade, desde que não receba rendimentos.

## QUESTÃO 21

A respeito do Decreto nº 20.910/1932 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a prescrição das dívidas passivas da União, assinale a opção correta.

- (A) A prescrição das ações contra a União é quinquenal e, uma vez interrompida, recomeça a correr por igual prazo, contado do ato ou fato que lhe deu origem.
- (B) A prescrição das ações contra a União pode ser interrompida mais de uma vez, desde que por atos distintos no curso do processo.
- (C) A citação inicial sempre interrompe a prescrição, ainda que o processo venha a ser posteriormente anulado.
- (D) A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de 5 (cinco) anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.
- (E) O protocolo de requerimento administrativo suspende a prescrição até o trânsito em julgado da decisão judicial eventualmente proposta.

## QUESTÃO 22

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a opção INCORRETA:

- (A) A despesa total com pessoal abrange os gastos do ente federativo com os servidores ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias.
- (B) Integram a despesa total com pessoal os encargos sociais e as contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- (C) Para fins de apuração da despesa total com pessoal, considera-se a remuneração líquida do servidor, após as deduções legais obrigatórias, excetuado o teto constitucional.
- (D) Os valores relativos a contratos de terceirização de mão de obra destinados à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- (E) A despesa total com pessoal é apurada pelo somatório da despesa realizada no mês de referência com a dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

## QUESTÃO 23

No entendimento da lei penal militar, "Crime cometido em presença do inimigo" é aquele que ocorre:

- (A) durante estado de paz.
- (B) em qualquer missão militar no exterior.
- (C) em zona de efetivas operações militares.
- (D) contra civil.
- (E) contra patrimônio militar.

## QUESTÃO 24

Para fins de aplicação da lei penal militar, considera-se superior:

- (A) o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação.
- (B) os oficiais gerais diretores.
- (C) só os comandantes.
- (D) qualquer militar de mesmo posto, desde que oficial.
- (E) apenas os chefes de Estado-Maior.

### QUESTÃO 25

Segundo o disposto no Código de Processo Penal Militar (CPPM), na relação processual, o processo penal militar inicia-se com:

- (A) a denúncia recebida.
- (B) a representação policial.
- (C) o oferecimento da denúncia.
- (D) a citação do acusado.
- (E) a sentença condenatória.

### QUESTÃO 26

No âmbito do processo administrativo federal, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a opção correta.

- (A) A Administração poderá anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, ainda que haja direitos adquiridos.
- (B) O direito da Administração de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que produzirem seus últimos efeitos.
- (C) O recurso administrativo será interposto diretamente à autoridade superior e terá efeito suspensivo automático, salvo disposição legal específica em sentido diverso.
- (D) O não conhecimento do recurso administrativo impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não tenha ocorrido preclusão administrativa.
- (E) As decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, nos termos previstos na Lei nº 9.784/1999.

### QUESTÃO 27

Quando, em um caso concreto, houver divergência entre norma do Código de Processo Penal Militar (CPPM) e norma de tratado internacional a que o país seja signatário, prevalece a:

- (A) norma do CPPM.
- (B) norma de tratado internacional.
- (C) que for mais rigorosa.
- (D) que for mais benéfica ao acusado.
- (E) decisão judicial.

### QUESTÃO 28

A pessoa considerada "militar", para aplicação do Código Penal Militar (CPM), é aquela que:

- (A) estiver em serviço ativo, apenas.
- (B) estiver incorporada às Forças Armadas e sujeita à disciplina militar, em tempo de paz ou guerra.
- (C) for apenas oficial com patente devidamente reconhecida.
- (D) estiver em comissão militar estrangeira.
- (E) for reservista reformado, mesmo sem vínculo funcional.

### QUESTÃO 29

O crime se considera praticado, segundo o contemplado no Código Penal Militar (CPM), no momento da:

- (A) sentença condenatória irrecorrível.
- (B) denúncia oferecida.
- (C) ação ou omissão.
- (D) consumação do resultado, apenas quando este for lesivo.
- (E) fase recursal.

### QUESTÃO 30

Um militar da Marinha do Brasil, regularmente preso em organização militar, sob custódia da União, conseguiu evadir-se do local de prisão em razão de falha na vigilância. Durante a fuga, subtraiu um veículo automotor e, ao tentar escapar, atropelou um pedestre, que veio a óbito. Seis meses depois, já fora da situação imediata de evasão, o mesmo militar praticou latrocínio em outra localidade. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

- (A) A responsabilidade civil da União é subjetiva, exigindo prova de culpa dos agentes encarregados da vigilância, por se tratar de omissão estatal.
- (B) A responsabilidade civil da União é objetiva, fundada na teoria do risco administrativo, respondendo pelos danos ocorridos durante a fuga, desde que presente o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- (C) A responsabilidade civil da União é objetiva integral, não sendo admitida qualquer causa de exclusão de responsabilidade.
- (D) A União responde civilmente por todos os crimes praticados pelo militar foragido, pela teoria do risco administrativo, independentemente do tempo decorrido entre a fuga e o evento danoso.
- (E) A responsabilidade civil da União depende da comprovação de que o militar, no momento do fato, atuava como agente público no exercício da função.

### QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurando-se a indenização prévia ao proprietário, quando houver dano.
- (B) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como para obter acesso a dados de terceiros quando houver interesse jurídico justificável.
- (C) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) É assegurado o direito a obtenção de certidões em repartições públicas, mediante o pagamento de taxas, para defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal ou de terceiros.
- (E) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

### QUESTÃO 32

Nos casos omissos no Código de Processo Penal Militar (CPPM), podem ser aplicadas normas do processo penal comum quando aplicável ao caso concreto:

- (A) desde que sem prejuízo da índole do processo penal militar.
- (B) desde que sejam mais brandas.
- (C) contanto que atendam à convenção internacional.
- (D) caso haja autorização do juiz.
- (E) caso a defesa concorde.

### QUESTÃO 33

Uma Organização Militar da Marinha do Brasil necessita adquirir equipamentos operacionais destinados ao emprego em meios navais para manter a padronização logística, os quais não se caracterizam como materiais de uso pessoal ou administrativo. A aquisição é indispensável para a manutenção da padronização requerida pela estrutura de apoio logístico existente, tendo sido autorizada por ato formal do Comandante da Força Militar. À luz da Lei nº 14.133/21, a situação configura hipótese de:

- (A) Dispensa de licitação, tendo em vista expressa previsão de tal hipótese na legislação.
- (B) Dispensa de licitação, em virtude da inviabilidade de competição decorrente da necessidade de padronização dos bens adquiridos.
- (C) Inexigibilidade de licitação, em razão da singularidade do objeto e da notória especialização do fornecedor, associadas ao emprego operacional dos materiais.
- (D) Concorrência, por se tratar de situação não compreendida entre as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.
- (E) Inexigibilidade de licitação, em razão de situação emergencial relacionada à continuidade das operações navais.

### QUESTÃO 34

Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a "zona contígua" pode estender-se até:

- (A) 20 milhas náuticas.
- (B) 12 milhas náuticas.
- (C) 24 milhas náuticas.
- (D) 50 milhas náuticas.
- (E) 200 milhas náuticas.

### QUESTÃO 35

Via de regra, o processo penal militar rege-se pelas normas contidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM):

- (A) apenas em tempo de guerra.
- (B) apenas em tempo de paz.
- (C) tanto em tempo de paz como em tempo de guerra.
- (D) apenas quando houver legislação especial.
- (E) somente quando definido por tratado internacional.

### QUESTÃO 36

Com relação à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a passagem deixa de ser inocente quando o navio:

- (A) realiza navegação contínua e rápida.
- (B) pratica certos atos de propaganda contra o Estado costeiro.
- (C) em passagem inocente, mantém comunicações externas.
- (D) transporta carga lícita em trânsito.
- (E) mantém bandeira de Estado não signatário da convenção.

### QUESTÃO 37

De acordo com a Lei nº 3.765/1960 (Pensões Militares) e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- (A) É permitida a acumulação de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria, mas não se admite a acumulação de uma pensão militar com a de outro regime.
- (B) Admite-se a acumulação de duas pensões militares com uma pensão de outro regime.
- (C) Constam da primeira ordem de prioridade no processo de habilitação de pensão: cônjuge; companheiro ou companheira designada ou que comprove união estável como entidade familiar; pessoa desquitada, separada judicialmente, divorciada do instituidor ou a ex-convivente, desde que percebam pensão alimentícia.
- (D) O direito à pensão militar extingue-se automaticamente com a condenação do beneficiário por crime de natureza dolosa ou culposa, do qual resulte a morte ou lesão grave do militar ou do pensionista instituidor da pensão militar.
- (E) Constitui hipótese legal de perda do direito à pensão militar a anulação do vínculo matrimonial com o militar instituidor, quando declarada por decisão judicial proferida após a concessão da pensão ao cônjuge beneficiário.

### QUESTÃO 38

De acordo com a Lei nº 9.868/1999, que disciplina o processo e julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) perante o Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.

- (A) Proposta a ADI, é admissível a desistência do autor até o início do julgamento de mérito pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.
- (B) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, admitindo-se, contudo, a oposição de embargos de declaração, sendo vedada a ação rescisória.
- (C) Na ADI, admite-se a intervenção de terceiros, desde que autorizada pelo relator e demonstrada a relevância da matéria discutida.
- (D) A medida cautelar em ADI será concedida, como regra, com efeitos *ex tunc*, salvo decisão expressa do Supremo Tribunal Federal em sentido diverso.
- (E) A ADC pode ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Mesa do Senado Federal, por partido político com representação no Congresso Nacional e pelo Procurador-Geral da República.

### QUESTÃO 39

Analise as afirmativas abaixo, relativas aos bens dos entes federativos e às competências previstas na Constituição Federal de 1988 e assinale a opção correta.

- I- Os rios que banham mais de um Estado integram os bens da União.
  - II- A proteção ao meio ambiente é competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e matéria de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
  - III- A navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária são serviços explorados diretamente pela União ou mediante autorização, concessão ou permissão, constituindo matéria de competência legislativa concorrente.
  - IV- São bens da União a plataforma continental e sua zona econômica exclusiva.
- (A) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
  - (B) Apenas as afirmativas I, II, IV são verdadeiras.
  - (C) Apenas as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
  - (D) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
  - (E) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.

#### QUESTÃO 40

Acerca das concessões e parcerias público-privadas, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação, que poderá ocorrer na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- (B) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos.
- (C) Considera-se concessão patrocinada a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, nos termos da Lei nº 8.987/1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- (D) A concessão administrativa caracteriza-se como contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens.
- (E) Constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/1995, ainda que não envolva contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

#### QUESTÃO 41

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 acerca da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, assinale a opção INCORRETA.

- (A) No caso de contrato administrativo, verificada ilegalidade, o Tribunal de Contas da União poderá sustar a execução do contrato após a inércia do Congresso Nacional no prazo constitucional.
- (B) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (C) Está sujeito ao dever de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, que administre ou gerencie dinheiros, bens ou valores públicos ou pelos quais a União responda.
- (D) Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente previstas.
- (E) Os Poderes da União manterão sistema de controle interno destinado, entre outras finalidades, a apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

#### QUESTÃO 42

O Estado Bravo editou lei estadual criando um "Serviço Estadual de Fiscalização Marítima", conferindo-lhe competência para autorizar, registrar e fiscalizar embarcações, bem como para expedir certificados de habilitação de condutores e tripulantes. A norma também atribuía ao órgão estadual poder para interditar portos e áreas marítimas. A Procuradoria-Geral da República (PGR) ajuizou Representação Interventiva perante o Supremo Tribunal Federal (STF), sustentando que a lei estadual violava princípios constitucionais sensíveis, pois usurpava competência da União, notadamente da Marinha do Brasil, referente à segurança do tráfego aquaviário. O STF julgou procedente o pedido. Considerando o caso acima, à luz da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) O decreto de intervenção deve ser obrigatoriamente submetido ao Congresso Nacional.
- (B) O Presidente da República deve nomear interventor para assumir temporariamente a gestão dos portos estaduais.
- (C) A competência para determinar a intervenção é do Superior Tribunal Militar, por envolver matéria relacionada às Forças Armadas.
- (D) O Estado Bravo possui competência concorrente para regular o tráfego marítimo e expedir certificados, o que afasta a intervenção federal.
- (E) A suspensão da execução da lei estadual em face do provimento da Representação Interventiva do PGR dispensa a apreciação do decreto pelo Congresso Nacional.

#### QUESTÃO 43

Conforme o Direito Processual Penal Militar, durante o inquérito ou processo, antes da sentença irrecorrível, o juiz pode aplicar medidas de segurança à pessoa que:

- (A) estiver em liberdade condicional.
- (B) estiver respondendo por crime doloso.
- (C) for militar da reserva.
- (D) for ébrio habitual.
- (E) for civil condenado anteriormente.

#### QUESTÃO 44

Em processos com múltiplos acusados, o Código de Processo Penal Militar (CPPM) permite:

- (A) julgamento somente conjunto.
- (B) julgamento em grupo, se conveniente à Justiça.
- (C) separação automática dos feitos.
- (D) unificação em audiência única obrigatória.
- (E) absolvição necessariamente conjunta.

#### QUESTÃO 45

Um sargento da Marinha do Brasil recebeu uma punição disciplinar há cinco anos por descumprimento de normas internas, que não atentou contra a honra, decoro ou pundonor militar. Desde então, não cometeu qualquer outra falta. Recentemente, ele solicitou o cancelamento da punição, apresentando análise de suas folhas de alterações que indicam bons serviços prestados no período. No entanto, o parecer do seu Comandante foi desfavorável. Acerca do Decreto nº 88.545/1983 (Regulamento Disciplinar para a Marinha), assinale a opção correta.

- (A) O cancelamento da punição não poderá ser concedido, pois, embora os demais requisitos estejam atendidos, o parecer desfavorável do Comandante impede a concessão do benefício.
- (B) O militar poderá ter a punição cancelada, pois a falta não atentou contra a honra, decoro ou pundonor, e houve cinco anos sem novas punições, além de bons serviços. O parecer desfavorável do Comandante não impede o cancelamento.
- (C) O cancelamento poderá ser concedido, desde que o militar comprove mais cinco anos adicionais de serviço sem punições, mesmo que o parecer seja desfavorável.
- (D) O militar poderá solicitar o cancelamento, pois o fato de a punição não ter atentado contra a honra ou decoro é suficiente para autorizar o cancelamento, independentemente de bons serviços ou parecer.
- (E) O cancelamento da punição será concedido automaticamente após cinco anos sem novas punições, pois a legislação não exige parecer ou análise de serviços prestados.

#### QUESTÃO 46

Com relação à Improbidade Administrativa, conforme Lei nº 8.429/1992 e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- (A) O acordo de não persecução cível é incabível quando a ação de improbidade administrativa já se encontrar em fase recursal.
- (B) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92.
- (C) Não caberá recurso da decisão que deferir ou indeferir medida relativa à indisponibilidade de bens no âmbito da ação de improbidade administrativa.
- (D) Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.
- (E) A investigação destinada à apuração da prática de ato de improbidade administrativa é de iniciativa privativa do Ministério Público.

#### QUESTÃO 47

Sobre os assuntos relacionados aos servidores públicos, processo administrativo disciplinar e controle administrativo e jurisdicional, assinale a opção INCORRETA, considerando a Lei nº 8.112/1990 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- (A) Uma vez caracterizadas as situações previstas na Lei nº 8.112/1990 que impõem a penalidade máxima ao servidor, a autoridade administrativa encontra-se vinculada à aplicação dessa sanção, não lhe sendo permitido escolher penalidade diversa.
- (B) A prática de ato de improbidade administrativa por servidor público autoriza a aplicação da pena de demissão pela autoridade administrativa, independentemente de prévia decisão judicial que determine a perda da função pública.
- (C) O Poder Judiciário pode, de forma excepcional, reduzir a penalidade aplicada ao servidor em processo administrativo disciplinar, com base em critérios como bons antecedentes funcionais, natureza do ato ou circunstâncias pessoais, quando o caso envolver situação de injustiça.
- (D) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se à verificação da legalidade do ato e da regularidade do procedimento, com observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
- (E) É vedada ao Poder Judiciário a incursão no mérito do processo administrativo disciplinar, limitando-se o controle jurisdicional à legalidade e à regularidade do procedimento, admitindo-se exceção apenas nos casos de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

#### QUESTÃO 48

Considerando a Constituição Federal de 1988 ao tratar da Administração Pública, assinale a opção correta.

- (A) Veda-se a acumulação remunerada de cargos públicos, admitindo exceções condicionadas à compatibilidade de horários e à observância do teto remuneratório, limitadas, contudo, às hipóteses de dois cargos de professor ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.
- (B) Admite-se a acumulação remunerada de dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários, sendo dispensável a observância do limite remuneratório previsto no art. 37, XI.
- (C) A proibição de acumular cargos públicos restringe-se aos cargos da administração direta, não se estendendo a empregos e funções exercidos em sociedades de economia mista e empresas públicas.
- (D) Admite-se, como exceção, a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado, em qualquer caso, o limite remuneratório previsto no art. 37, XI.
- (E) Admite-se a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, independentemente da compatibilidade de horários.

#### QUESTÃO 49

A habilitação de assistente de acusação no Código de Processo Penal Militar (CPPM) deve ocorrer:

- (A) antes da denúncia.
- (B) até o trânsito em julgado da sentença.
- (C) em audiência de instrução.
- (D) no prazo de 48 horas após a citação.
- (E) antes da apresentação de provas.

#### QUESTÃO 50


O Código de Processo Penal Militar (CPPM) se aplica, em tempo de paz, a crime militar cometido fora do território nacional:

- (A) apenas se o agente for civil.
- (B) apenas se o crime for contra pessoa civil.
- (C) se for contra instituições militares ou segurança nacional.
- (D) se o crime for com participação de estrangeiros.
- (E) desde que o militar esteja conscrito.

## INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1 - Verifique se a prova recebida e a folha de respostas são da mesma cor (consta no rodapé de cada folha a cor correspondente) e se não faltam questões ou páginas: o caderno é composto por uma prova escrita objetiva com **50 questões** de múltipla escolha.
  - 2 - O tempo para a realização da prova será de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo necessário à marcação das respostas na folha de respostas, e não será prorrogado;
  - 3 - Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo sua execução quando determinado;
  - 4 - Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:
    - atendimento médico por pessoal designado pela Marinha do Brasil;
    - fazer uso de banheiro; e
    - casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova; em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
  - 5 - Confira nas folhas de questões as respostas que você assinalou como corretas antes de marcá-las na folha de respostas. Cuidado para não marcar duas opções para uma mesma questão na folha de respostas (a questão será perdida);
  - 6 - Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de questões, mas só serão corrigidas as respostas marcadas na folha de respostas;
  - 7 - O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de **120 minutos**.
  - 8 - Será eliminado sumariamente do processo seletivo/concurso e suas provas não serão levadas em consideração o candidato que:
    - a) der ou receber auxílio para a execução da Prova;
    - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
    - c) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução da Prova;
    - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim; e
    - e) cometer ato grave de indisciplina.
  - 9 - Escreva e assine corretamente seu nome completo, coloque seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados;
- Instruções para o preenchimento da folha de respostas:
- a) use caneta esferográfica azul ou preta de material transparente;
  - b) escreva seu nome completo, sem abreviaturas, em letra legível no local indicado;
  - c) assine seu nome no local indicado;
  - d) no campo inscrição DV, escreva seu número de inscrição nos retângulos, da esquerda para a direita, um dígito em cada retângulo. Escreva o dígito correspondente ao DV no último retângulo. Após, cubra todo o círculo correspondente a cada número. Não amasse, dobre ou rasgue a folha de respostas, sob pena de ser rejeitada pelo equipamento de leitura ótica que a corrigirá; e
  - e) só será permitida a troca de folha de respostas até o início da prova, por motivo de erro no preenchimento nos campos nome, assinatura e número de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato qualquer erro ou rasura na referida folha de respostas, após o início da prova.

- 10 - Preencha a folha com atenção de acordo com o exemplo abaixo:



Nome: **ROBERTO SILVA**

Assinatura: **Roberto Silva**

**Instruções de Preenchimento**

- \* Não rasure esta folha.
- \* Não rabisque nas áreas de respostas.
- \* Faça marcas sólidas nos círculos.
- \* Não use canetas que borrem o papel.

ERRADO: CORRETO:

**PREENCHIMENTO DO CANDIDATO**

INSCRIÇÃO						DV
5	7	0	2	0	7	0

**Preenchimento da DEnsM**

P	G
2	4

01	(A) (B) (C) (D) (E)
02	(A) (B) (C) (D) (E)
03	(A) (B) (C) (D) (E)
04	(A) (B) (C) (D) (E)
05	(A) (B) (C) (D) (E)
06	(A) (B) (C) (D) (E)
07	(A) (B) (C) (D) (E)
08	(A) (B) (C) (D) (E)
09	(A) (B) (C) (D) (E)
10	(A) (B) (C) (D) (E)
11	(A) (B) (C) (D) (E)
12	(A) (B) (C) (D) (E)
13	(A) (B) (C) (D) (E)
14	(A) (B) (C) (D) (E)
15	(A) (B) (C) (D) (E)
16	(A) (B) (C) (D) (E)
17	(A) (B) (C) (D) (E)
18	(A) (B) (C) (D) (E)
19	(A) (B) (C) (D) (E)
20	(A) (B) (C) (D) (E)
21	(A) (B) (C) (D) (E)
22	(A) (B) (C) (D) (E)
23	(A) (B) (C) (D) (E)
24	(A) (B) (C) (D) (E)
25	(A) (B) (C) (D) (E)
26	(A) (B) (C) (D) (E)
27	(A) (B) (C) (D) (E)
28	(A) (B) (C) (D) (E)
29	(A) (B) (C) (D) (E)
30	(A) (B) (C) (D) (E)
31	(A) (B) (C) (D) (E)
32	(A) (B) (C) (D) (E)
33	(A) (B) (C) (D) (E)
34	(A) (B) (C) (D) (E)
35	(A) (B) (C) (D) (E)
36	(A) (B) (C) (D) (E)
37	(A) (B) (C) (D) (E)
38	(A) (B) (C) (D) (E)
39	(A) (B) (C) (D) (E)
40	(A) (B) (C) (D) (E)
41	(A) (B) (C) (D) (E)
42	(A) (B) (C) (D) (E)
43	(A) (B) (C) (D) (E)
44	(A) (B) (C) (D) (E)
45	(A) (B) (C) (D) (E)
46	(A) (B) (C) (D) (E)
47	(A) (B) (C) (D) (E)
48	(A) (B) (C) (D) (E)
49	(A) (B) (C) (D) (E)
50	(A) (B) (C) (D) (E)

T  
A  
R  
J  
A

- 11 – Será autorizado ao candidato levar a prova faltando 30 minutos para o término do tempo previsto de realização do concurso. Ressalta-se que o caderno de prova levado pelo candidato é de preenchimento facultativo, e não será válido para fins de recursos ou avaliação.
- 12 – O candidato que não desejar levar a prova está autorizado a transcrever suas respostas, dentro do horário destinado à solução da prova, no modelo de gabarito impresso no fim destas instruções. É proibida a utilização de qualquer outro tipo de papel para anotação do gabarito.
- 13 – O modelo de gabarito somente poderá ser destacado **PELO FISCAL** e após a entrega definitiva da prova pelo candidato. Caso o modelo de gabarito seja destacado pelo candidato, este será eliminado.

ANOTE SEU GABARITO										PROVA DE COR _____														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50